

3. Ciências Políticas y Sociales

De Collor à Dilma: os significados da democracia segundo os brasileiros

Couto, Luana F.; luana_couto1@hotmail.com;

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O presente artigo problematiza os sentidos da experiência democrática para o cidadão brasileiro, a partir de uma análise qualitativa das respostas atribuídas pela opinião pública à questão aberta “*Para você, o que é democracia?*” aplicada em 5 surveys nacionais de 1989 a 2014. Partindo do arcabouço teórico que se debruça sobre o tema, propõe-se uma classificação mais expandida das concepções e uma hipótese explicativa de como estas se constituem a partir da referência a elementos e dinâmicas políticas, econômicas e sociais da democracia.

Palavras-Chave: *Democracia, significados, brasileiros*

Introdução

Desde fins dos anos 1980 vem aumentando os esforços empenhados na tarefa de se entender os sentidos da experiência democrática para o cidadão em diferentes partes do mundo (Canache, 2006, 2012; Miller, Hesler, y Reisinger, 1997; Montero, 1992; Fuchs y Roller, 2006; Bratton y Mattes, 2001; Carrión, 2008; Magalhães, 2014; etc). Em termos metodológicos, são estudos que em sua grande maioria recorrem à análise de *survey* com amostra nacional e representativa, dada a disponibilidade dos dados nos chamados “barômetros”. Alguns trabalhos empregam a questão aberta (Avery, Levy, Simmons y Scarlett 2013; Montero, 1992), que solicita ao

entrevistado que responda, com suas próprias palavras, o que é ou significa democracia, enquanto outros optam apenas pela questão fechada (McIntosh, Iver, Dobson y Grant, 1993; de Regt, 2013), que normalmente solicita a escolha, dentre uma lista de opções, das principais características ou elementos mais importantes para um regime democrático. Ambas as formas também são empregadas por alguns estudos (Fuchs y Roller, 2006; Lagos, 2008; Shin y Cho, 2010), possibilitando uma compreensão mais aprofundada da relação do cidadão com esfera política.

Parte destes trabalhos (Moisés, 2013b; Dalton, Shin y Jou, 2007a, 2007b; Carrión, 2008; Avery et al. 2013;

Ottomoeller, 1998; Crow, 2010) propõe uma classificação limitada dos significados, partindo de um referencial nórdico, normativo e ocidental de democracia, desconsiderando menções mais substantivas e críticas. Importantes esforços, no entanto, vêm sendo empenhados na elaboração de classificações mais amplas, a partir de elementos fornecidos pelas próprias menções dos entrevistados, evidenciando que empiricamente a democracia se assenta em dinâmicas políticas, econômicas e sociais mais ou menos democráticas, sendo por isso experimentada e percebida de diferentes formas (Miller et al. 1997; Montero, 1992; Seligson, 2001; Canache, 2006, 2012).

Independente da classificação, a literatura é unânime em indicar que a maioria dos cidadãos em diferentes sociedades é capaz de atribuir algum sentido à democracia e que este se dá majoritariamente em termos de *Direitos e Liberdades*. O argumento amplamente sustentado é o de que *conjuntura* e *experiência sociopolítica* do cidadão embasam o modo de se conceber o regime, que se torna passível então de diferentes significados para diferentes pessoas e contextos (Bratton y Mattes, 2001; Lagos, 2008; de Regt, 2013).

A literatura, no entanto, não aprofunda a compreensão acerca de como se dá a ligação entre estes

elementos macros (conjuntura e experiência) e os significados.

Objetivos

Entender e problematizar os sentidos da experiência democrática para o cidadão brasileiro: a forma e conteúdo dos signifiados.

Materiais e Métodos

Realizo uma análise qualitativa das respostas atribuídas à questão aberta “Para você, o que é democracia?” aplicada em 5 surveys¹ nacionais de 1989 a 2014, período que abrange um processo de transformações políticas, econômicas e sociais que embasam a relação e impressão dos cidadãos com a democracia e os significados atribuídos à ela.

Resultados e Discussão

O regime democrático brasileiro é amplamente considerado pela literatura como uma experiência relativamente recente, principalmente quando se leva em consideração a natureza controlada e negociada do processo de transição e consolidação, a partir do acordo firmado entre os atores dissidentes do regime

¹(1)Intenção de voto para presidente VI/Cultura política I-DAT/CEDEC/BR89.SET-00186; (2)Cultura política e cidadania I-FPA/BR97.NOV-01825;(3)A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas-CESOP/NUPES/BR06.JUN-02330;(4)ESEB2010-CESOP/VOXPOPULI/BR10.NOV-02639;(5)ESEB2014-CESOP/IBOPE/BR14.NOV-03928. In: Banco de dados CESOP/UNICAMP <http://www.cesop.unicamp.br/busca/CESOP/pesquisa_usuario>

militar e os setores mais moderados da oposição. A transição possibilitou a continuidade da elite política do regime militar², não contou com uma estratégia para a construção da democracia em suas dimensões para além da esfera política, e nem com um projeto de sociedade que superasse o modelo – e seus respectivos problemas – proposto pelos militares. De 1986 a 1994 o país mudou quatro vezes de moeda e passou por seis experimentos de estabilização econômica, o que não só agravou a crise, mas também comprometeu a governabilidade dos primeiros governos civis (Przeworski, Moisés y Albuquerque, 1989).

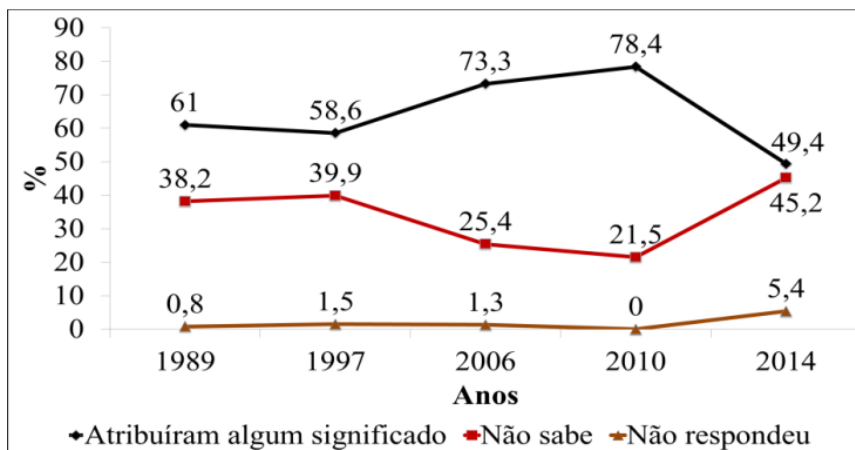
A densidade destes problemas expressou a urgente necessidade de construção da democracia política paralelamente ao desenvolvimento econômico e social do país (Weffort, 1989). A questão social constituiu e ainda é um dos desafios à democracia brasileira, especialmente no que se refere à diminuição das desigualdades, acesso a direitos, e responsividade do Estado às demandas sociais. São déficits que moldam não só as condições sociais e econômicas sobre as quais a democracia resultante da transição é colocada e tem que operar, como também a experiência

democrática do cidadão. Nesse sentido, o processo de consolidação do regime teria possibilitado a incorporação à linguagem e subjetividade dos brasileiros, de muitos elementos democráticos (Muszynski y Mendes, 1990). Assim, em que medida os brasileiros são capazes de atribuir algum significado à democracia? Como evidenciado no gráfico 1, os que não responderam são minoria em todo o período, e a habilidade de se atribuir algum significado ao conceito é majoritário e crescente até 2010, quando cai quase 30 pontos.

O tempo de experiência democrática exerce papel fundamental sobre a experiência cotidiana do indivíduo, pois quanto maior o tempo de vigência do regime, maior a capacidade de lhe atribuir algum sentido, como indicado pelo ápice da capacidade em 2010, reiterando o achado da literatura (Bratton y Mattes, 2001; Lagos, 2008) de que a *experiencia sociopolítica individual* com o regime influi na habilidade de conceber. A queda abrupta desta, por sua vez, evidencia que a *conjuntura*, seja ela política, econômica ou social também constitui um fator explicativo. O momento de queda é marcado pela realização de eleições, manifestações da sociedade civil e crise econômica, influenciando sobre a capacidade dos brasileiros de atribuir algum significado à experiência democrática.

² O caráter controlado e negociado da transição, combinado com desempenho econômico favorável inicial foi em grande medida a causa da continuidade de estruturas, instituições e elites políticas autoritárias (Marenco, 2007), que migraram da antiga Arena para o interior de legendas democráticas como PMDB, PSDB e PDT (Madeira, 2006).

Gráfico 1 – Capacidade de definir Democracia (%)



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CESOP

Com isso os dados abrem margem para o questionamento do caráter majoritário e progressivo da habilidade como sustentado pela literatura. Posto que a diferença em 2014 entre respostas e não-respostas é de pouco mais de 4 pontos percentuais, e considerando que a conjuntura pode dificultar o exercício do cidadão de relacionar sua experiência sociopolítica com o regime, enquanto

mencionadas, os dados indicam ainda a importância do emprego de múltiplas respostas para uma compreensão mais ampla dos sentidos atribuídos à democracia. Com o passar do tempo a tendência é que mais de uma resposta seja proferida, indicando a importância da experiência com o regime para a assimilação dos seus múltiplos elementos.

cotidiana com o regime que é fundamental para a compreensão da variação na capacidade de conceber. Se abordarmos a análise da complexidade pela quantidade de respostas

Tabela 1 Percentual de respondentes por quantidade de respostas

Nº respostas	1989	1997	2006	2010	2014
1	88,7	70,5	33	100	100
2	11,3	22,4	42,5	NA*	NA*
3 ou mais	NA*	7,1	24,5	NA*	NA*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CESOP

*NA: Não se aplica. No survey de 1989 a questão sobre os significados da democracia foi feita ao entrevistado apenas duas vezes e nos anos de 2010 e 2014 apenas uma, impossibilitando múltiplas respostas.

princípio a *Democracia* pode não estar tão fortemente enraizada na cultura política dos brasileiros.

Os dados expressam, portanto, um misto de conjuntura com processo de aprendizagem democrática e experiência

O fato de haver múltiplas respostas, no entanto, não significa dizer que todas são de naturezas distintas. O entrevistado pode dizer a mesma coisa usando palavras diferentes, assim como referenciar três dimensões distintas da

democracia. Entendiendo-se por dimensão cada uma das categorias propostas pelo enquadramento das respostas, a tabela 2 apresenta a quantidade de dimensões presentes nas concepções em todos os anos em que o survey contou com o emprego de múltiplas respostas:

número de respostas com a quantidade de dimensões atribuídas à democracia (Gráfico 2) evidenciou que é mais comum a referência à apenas uma dimensão, mesmo quando há mais de uma resposta, ainda que a referência a mais de uma dimensão cresça com o passar do tempo,

Tabela 2 – Dimensões atribuídas à democracia, em %

Nº de dimensões	1989	1997	2006	2010	2014
1	88,7	84,6	63,3	100	100
2	11,3	14,3	30,1	NA*	NA*
3 ou mais	NA*	1,1	6,6	NA*	NA*

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CESOP

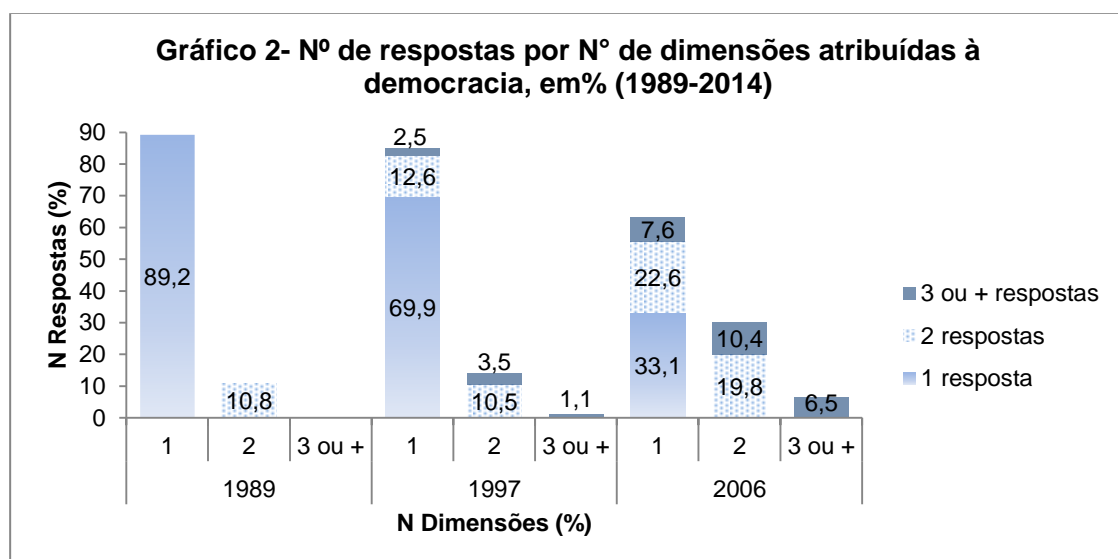
* NA: Não se aplica. No survey de 1989 a questão sobre os significados da democracia foi feita ao entrevistado apenas duas vezes e nos anos de 2010 e 2014 apenas uma.

Também aqui os dados evidenciam não só a importância do emprego de múltiplas respostas, como também o papel da experiência democrática. É por meio desta que o cidadão vai se relacionando e apreendendo as diferentes esferas da democracia, o que lhe permite concebê-la cada vez mais em sua multidimensionalidade.

juntamente com a quantidade de respostas.

Com relação ao conteúdo das concepções, propõe-se um enquadramento alternativo e a consideração, para a análise, das menções aparentemente desprovidas de qualquer relação com a ideia de democracia, pois são expressões igualmente válidas da relação e impressão

Por sua vez, o cruzamento do



Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CESOP

que o cidadão estabelece com as esferas do regime democrático, ou mesmo com a ideia de democracia. Nesse sentido, propõem-se uma classificação dos significados em 9 categorias formuladas a partir de elementos fornecidos pelas próprias menções dos entrevistados. A classificação, bem como o percentual representativo de cada categoria para o período considerado são apresentados a seguir.

Como argumentado por Montero (1992), os significados expressam variados níveis de conceitualização e abstração, com definições mínimas expressadas por um só termo ou em poucas palavras, sintetizadas em valorações positivas ou negativas, com diferenças no que tange à carga emotiva,

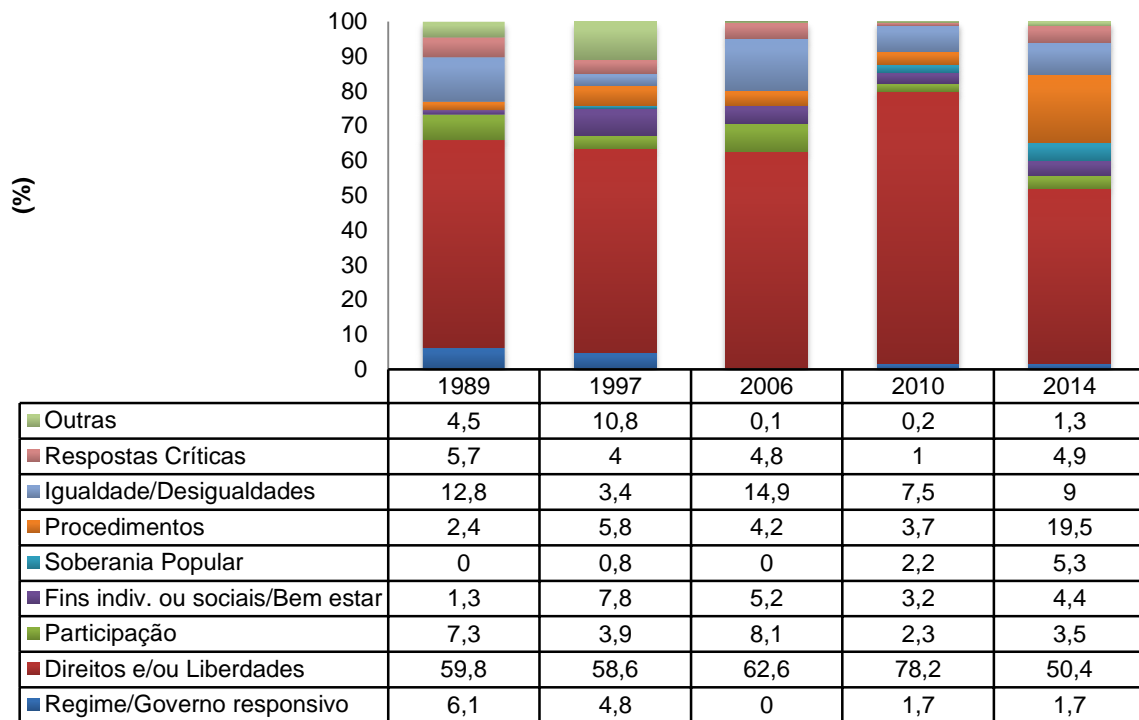
nível de complexidade, clareza e esfera de referência (política, econômica, social, individual, coletiva, etc). Diferentes símbolos, regras e valores são mobilizados em termos simples ou explicações curtas, descrições, comparações, adjetivações e desqualificações, como consequência da multidimensionalidade do conceito, da diversidade de modos pelos quais a democracia pode ser experimentada, e das diferenças de perfil entre os entrevistados.

Quadro 1 – Classificação dos significados atribuídos à democracia pelos brasileiros

Categorias	Para vocês, o que é Democracia? Menções à/ao...
Regime/govern o responsivo	gobierno/regime responsivo (gobierno do e para o povo; bom; em função da maioria; melhor forma de gov./de resolver problemas). São as menções que definem a democracia a partir da ideia de um gobierno ou regime que seja responsivo.
Direitos e/ou Liberdades¹	liberdades, derechos políticos, civis e sociales (moradia, expressão, liberdade de escolha [genérico]; etc), ou exercício/consciência/respeito a eles.
Participação	participação cidadã, de modo mais direto no gobierno ou indireto como na forma de luta por algo (lutar por derechos; debater; participação política, participação de grupos, etc)
Fins individuais ou sociais/ Bem estar	elementos de bem estar materiais ou substanciais, almejados pelo indivíduo ou pela sociedade, nas esferas política, econômica e social (segurança, trabalho, paz, bem comum; união; respeito; etc)
Soberania popular	povo como agente soberano (cristalização das forças populares, opinião da maioria, o poder/voz/opinião/vontade/conquista/decisão/escolha do povo)
Procedimentos	(1) procedimientos/reglas democráticas (eleições livres; liberdade de partidos; derecho ao voto; escolher o gobierno; políticos que se unem para decidir; se submeter à lei); (2) democracia como forma de regime/gobierno (eleito pelo povo; forma de gobierno ou de regime; etc); e (3) respeito/cumplimento da Constitución ou leis.
Igualdade/ desigualdades	desigualdades (social, sexo, cor, renda, etc), ou à igualdad (derechos iguais; oportunidades e derechos iguais; é igualdad; é desigualdade; etc)
Respostas críticas	críticas ao gobierno, políticos, política, regime, esfera social ou procedimientos democráticos (não ter reeleição; corrupção; escolher votar ou não; ter mais justiça; honestidade; desrespeito; violência; mal funcionamiento dos serviços públicos; etc).
Outras	Menções classificadas como <i>Outras</i> no banco, ou muito vagas (melhor visão do futuro; a honra e a pátria; pessoa que deve dinheiro; falta de amor ao próximo; etc)

¹ O direito à igualdad não foi aqui classificado porque entende-se que a menção à ele significa a percepção de desigualdades.

Gráfico 3 - Como os brasileiros definem Democracia (1989-2014), em %



Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CESOP

*Valores referentes às respostas válidas. Os percentuais de 1989 a 2006 são referentes ao total de casos somados em múltiplas respostas. Em 2010 e 2014 não foram empregadas múltiplas respostas e os percentuais são referentes à única resposta.

Assim como no caso da habilidade, para a análise do conteúdo os dados confirmam o achado da literatura de que *conjuntura e experiência sociopolítica* do cidadão com as diferentes esferas do regime embasam o modo de se conceber a democracia (Bratton y Mattes, 2001; Lagos, 2008; de Regt, 2013; Moreno, 2001; Miller et al. 1997). O papel da conjuntura se afirma pela variação e destaque, a cada momento, de um ou outro modo de conceber, enquanto que o da experiência se evidencia no predomínio das concepções em termos de *Direitos e/ou liberdades* em todo o

período. Estas chegam a 78,2% em 2010, caindo para 50,4% em 2014, paralelamente ao crescimento de *Soberania, Procedimentos e Respostas Críticas*, em um movimento oscilatório que expressa o papel da conjuntura no desenho das percepções. Se 2010 pode estar representando o ápice de uma experiência de cidadania social construída a partir de políticas voltadas à redução da pobreza e desigualdade elaboradas nos governos Lula, em 2014 é também pela conjuntura de crise política (eleições) e econômica (crise) que *Direito ao voto e Soberania Popular* são os elementos mais

mobilizados pelos brasileiros na atribuição de sentido à democracia.

O predomínio das concepções em termos de *Direitos e/ou liberdades* é achado unânime também da literatura³, o que permite dizer que a democracia é percebida e experimentada no que tem de mais elementar, abrindo margem para o debate de algumas questões relacionadas ao exercício da cidadania, pois se entendida como consciência e usufruto de direitos, o predomínio destas concepções vinculam a forma democrática à sua essência, ou seja, ao exercício da cidadania, e é importante notar que este ponto se expressa também por outros significados, como as concepções em termos de participação, que expressam a existência na democracia brasileira, de espaços sociais de luta e mecanismos de participação.

A diversidade dos modos de conceber indica que, como argumentado por Canache (2012), da perspectiva do cidadão, elementos mais substanciais como igualdade, justiça, paz e qualidade de vida, não constituem resultados do regime como sustentado pela teoria democrática, mas sim a democracia em si. Para os brasileiros, *Democracia* significa fundamentalmente um conjunto de direitos e/ou liberdades, mas também é crítica, é a constatação de problemas e

necessidades, é um conjunto de procedimentos e regras, é soberania, participação, responsividade e satisfação de interesses e necessidades, sejam eles privados ou coletivos.

Cada significado expressa uma possibilidade diferente de relação entre cidadão e sistema político, indicando com isso os inúmeros aspectos da dinâmica política, econômica e social sobre a qual se assenta o regime. Estado, economia e sociedade civil constituem assim âmbitos de sociabilidade distintos, mas igualmente empregados na tentativa de significar a democracia. Para a compreensão da natureza destes aspectos da vida democrática percebidos pelo cidadão, sustento aqui a hipótese empiricamente evidenciada pelos dados de que (1) *experiência sociopolítica individual* e (2) *conjuntura, formam as impressões, práticas, crenças, valores e expectativas do cidadão frente à vida política (Estado e instituições), econômica (economia e mercado) e social (sociedade civil), embasando os significados da democracia*, como ilustrado na figura 1.

O recurso a cada um desses elementos constitui, assim, os diferentes modos de conceber a democracia. Com isso, a análise das concepções permite falar em algum nível de singularidade da experiência democrática brasileira, pois enquanto regime, esta se assenta sobre um substrato único e comum, que é a formação social e o tipo de capitalismo

³ Canache (2006, 2012); Shin y Cho (2010); Ottemoeller (1998); Bratton y Mattes (2001); Carrión (2008); Sarsfield (2009); Bratton, Mattes y Gyimah-Boadi (2005), Kornberg y Clarke (1994); Crow (2010); etc.

vigente no Brasil. Isso se reflete na experiência do cidadão com o regime e consequentemente nos modos de conceber.

crenças, práticas, expectativas e valores que estão presentes no tecido social. Na medida em que os cidadãos não formam um corpo perfeito e uno no campo da



Figura 1 – Hipótese explicativa dos significados associados à democracia.

A consideração deste quadro mais geral é fundamental para entender a contraposição entre o princípio da igualdade, tão caro à ideia de cidadania e democracia, e as desigualdades inerentes ao capitalismo, experimentadas pelo cidadão. Aqui, algumas categorias como a de *Respostas Críticas e Igualdade/Desigualdades* indicam a faceta problemática que perpassa a dinâmica empírica do regime, expressando ao mesmo tempo o indício de uma deficiência e o que é desejado em termos de projeto sociopolítico pelos cidadãos. Antes de ser *brasileira*, no entanto, a democracia é uma forma de *regime político* e sua normatividade em termos de direitos, liberdades e procedimentos também se expressa nas concepções.

É importante ressaltar que os diferentes modos de conceber resultam também da forma plural das pessoas perceberem e experimentarem a democracia, em função da pluralidade das

opinião, *Democracia* torna-se para a opinião pública ao mesmo tempo forma e valor.

Para além do

conteúdo, a análise do perfil tanto da habilidade, quanto do modo de se conceber a democracia pelos brasileiros acabou indicando que, dentre os que atribuíram algum significado a diferença entre os sexos é insignificante. Já dentre os que não sabem, as diferenças são desfavoráveis ao sexo feminino. Em 2006 e 2010, por exemplo, o percentual de mulheres que não conseguem atribuir algum sentido à democracia é de 59,9% e 67,2% respectivamente, indicando que elas têm mais dificuldade de significar o regime provavelmente em função da segregação na esfera política.

Com relação à idade, a capacidade de atribuir algum sentido à democracia, assim como a ausência desta, se destaca entre os mais jovens (faixa 20-29), que representam cerca de ¼ dos respondentes em todos os anos e mais de 28% dos que não sabem entre 1989 e 1997. Os mais jovens tendem a ter maior

facilidade em atribuir algum sentido à democracia, abrindo margem para a problematização do argumento de que a experiência sociopolítica do indivíduo exerce uma função pedagógica a longo prazo.

A análise da escolaridade, por sua vez, evidenciou em termos macros a transformação do perfil de escolaridade dos brasileiros no período considerado, com decréscimo do analfabetismo e elevação da escolaridade mínima. De modo agregado os dados indicam que se em 1989, 67,3% dos respondentes tinham até ensino fundamental completo, em 2014 esse índice cai para 32%, em função do crescimento dos percentuais de ensino médio completo e de algum nível de ensino superior, que vão de 23,8% em 1989 para 60,1% em 2014. Por outro lado, a análise dos que não sabem indicou que para todo o período mais de 50% possuem até ensino fundamental incompleto.

Em termos de renda familiar mensal em salários mínimos (SM), os dados indicam ainda que a faixa de 0 a 5SM é majoritária tanto dentre os respondentes, quanto dentre os que não sabem, sendo maior neste grupo.

Por sua vez, a análise do perfil dos respondentes indicou que os homens tendem a conceber a democracia de modo mais procedimental e crítico, a partir de elementos como *Regime/governo responsivo*, *Direitos e/ou liberdades* e

Respostas críticas, enquanto que as mulheres tendem a enfatizar elementos mais substantivos como *Soberania popular* e *Igualdade/desigualdades*, mas com inversões graduais ao longo do tempo. Com relação à idade os dados evidenciaram a alteração dos modos de conceber entre as faixas etárias ao longo do tempo, indicando que a experiência do indivíduo com o regime assim como o tempo de vigência deste alteram o quadro de significados. As concepções em termos de *Regime/governo responsivo*, por exemplo, apresentam mais de 53% dos respondentes entre 20 e 39 anos em 1989 e 2010, se deslocando para o intervalo 30-49 em 1997 e 2014.

A análise dos dados para a escolaridade⁴ por sua vez, indicou que esta, associada ao tempo de vigência democrática altera o perfil das concepções, que de modo geral se concentram inicialmente nas faixas inferiores de escolaridade e passam, com o tempo a se concentrar nas superiores. *Regime/Governo responsivo*, por exemplo, passa de 53,1% dentre os que possuem até ensino fundamental incompleto em 1989, para 42,9% dentre os que possuem algum nível de ensino superior em 2014. Algumas concepções,

⁴ Os níveis de escolaridade são aqui agrupados da seguinte forma: Zero/Ensino Fundamental Incompleto (Z/EFI), Ensino Fundamental Completo (EFC), Ensino Médio Incompleto (EMI), Ensino Médio Completo (EMC) e Algum nível de Ensino Superior (ES). Esta última categoria agrega os respondentes com ensino superior completo, incompleto ou pós-graduação.

no entanto, se destacam entre um ou outro nível de escolaridade. As concepções em termos de *Participação* chegam a 38,6% dentre os que possuem algum nível de ensino superior em 2014. Já as concepções em termos de *Fins individuais ou sociais/bem estar* se concentram até 2010 em mais de 45% na faixa Z/EFI, assim como as concepções em termos de *Procedimentos*, indicando que os menos escolarizados tendem a conceber a democracia de modo mais procedimental e a valorizar os bens individuais ou coletivos que podem ser garantidos ou mesmo conquistados através do regime.

Para a análise do perfil socioeconômico dos respondentes⁵, os dados indicaram que com o passar do tempo os respondentes com renda mais elevada tendem a conceber a democracia e modo mais procedimental, enquanto que as menções em termos de *Participação* e *Direitos* se fortalecem dentre aqueles com renda intermediária (+2-5SM), e outras ainda são concebidas majoritariamente dentre as faixas de menor renda, como é o caso de *Igualdade/desigualdades* e *Respostas críticas*, indicando que os cidadãos em condições socioeconômicas

mais desfavoráveis concebem o regime de modo mais crítico e substantivo.

Conclusões

A análise dos significados da democracia é fundamental para compreender em que termos se dá a relação e impressão do cidadão com as esferas que compõem o regime, e como afinal de contas ele estrutura sua vida política: o voto, a preferência partidária, a desconfiança institucional, a participação, etc. Entender os significados atribuídos à democracia lança luz sobre o funcionamento do regime e a constituição da cultura política dos brasileiros. Os significados constituem indícios de que há um aspecto desta cultura política fundado nos benefícios que o cidadão espera extrair do sistema político, mas também indicam críticas e deficiências, o conhecimento de princípios e procedimentos democráticos, além da valorização de direitos e liberdades.

Os dados (1) reiteram o achado da literatura de que conjuntura (em destaque, sendo ela política, econômica ou social) e experiência sociopolítica individual influem no modo e capacidade de conceber, (2) questionam o caráter majoritário desta capacidade, indicando que a democracia enquanto princípio talvez não esteja fortemente enraizada na cultura política dos brasileiros, (3) indicam a importância de uma ampla categorização para se captar a multidimensionalidade dos

⁵ Utilizo os dados de renda familiar (em salários mínimos) subdividida em 4 categorias: (1) de 0 a 2 SM, (2) + de 2 a 5 SM, (3) + de 5 a 10 SM, e (4) + de 10 SM. Apenas o banco de 1989 não continha os dados brutos, apresentando um enquadramento que agregava as duas primeiras categorias propostas. Como a análise destas evidenciou diferenças significativas, a mantive.

significados, (4) reiteram o achado da literatura de que a democracia é experimentada e percebida naquilo que possibilita de mais essencial: o usufruto de direitos de liberdades, e (5) inovam ao propor uma hipótese explicativa do substrato das concepções, sustentando o argumento de que é sob o pano de fundo da conjuntura e experiência sociopolítica individual que o cidadão mobiliza elementos e dinâmicas das esferas política, econômica e social que compõem a democracia e também sua vida privada para a atribuição de algum significado ao regime.

A análise das variáveis de perfil indica a pluralidade do tecido social e em igual medida as desigualdades que constituem a dinâmica democrática brasileira e que ditam sua especificidade enquanto objeto histórico. Nesse sentido, a heterogeneidade e complexidade da estrutura social atuam sobre o modo de perceber a democracia, que pode ser experimentada de múltiplas formas a contar pelos recursos de que dispõe o individuo na estrutura social. Com relação à hipótese explicativa do conteúdo dos significados, sua verificação está sujeita a novas pesquisas. O emprego de outros métodos como grupo focal são fundamentais para atestar sua validade, reformulá-la ou atenuar seu caráter abstrato.

Bibliografía

- Arensmeier, C. (2010). The democratic common sense. Young Swedes' understanding of democracy— Theoretical features and educational incentives. *Young* 18(2), 197–222.
- Avery, Patricia G., Levy, Sara A., Simmons, Annette M. M.; Scarlett, Michael H.. (2012). Adolescents' Conceptions of Democracy in Central/Eastern Europe and the United States. *Journal of International Social Studies*, 2(2), 25-51.
- Bratton, M. e Mattes, R. (2001). Support for democracy in Africa: Intrinsic or instrumental. *British Journal of Political Science*, 31(3), 447-474.
- Bratton, M.; Mattes, R., & Gyimah-Boadi, E. (2005). *Public opinion, democracy, and Market reform in Africa*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Canache, D. (2006). *Measuring variance and complexity in citizens' understanding of democracy*. Paper presented at LAPOP-UNDP Workshop: Candidate Indicators for the UNDP Democracy Support Index (DSI), Vanderbilt University.
- _____.(2012).Citizens' Conceptualizations of Democracy: Structural Complexity, Substantive Content, and Political Significance. *Comparative Political Studies* 45(9) 1132-1158.

- Carrión, J. F. (2008). *Illiberal democracy and normative democracy: How is democracy defined in the Americas?* In M. A. Seligson (Ed.), *Challenges to democracy in Latin American and the Caribbean: Evidence from the Americas Barometer 2006–2007*.
- Crow, D. (2010). The Party's Over: Citizen Conceptions of Democracy and Political Dissatisfaction in Mexico. *Comparative Politics*, 43(1), 41–61.
- Dalton, R. J; Shin, D. C; e Jou, W. (2007a). *Popular Conceptions of the Meaning of Democracy: Democratic Understanding in Unlikely Places*. Paper in eScholarship Repository, University of California.
- _____. (2007b). Understanding democracy: Data from unlikely places. *Journal of Democracy*, 18, 142-156.
- De Regt, S. (2013). Arabs Want Democracy, but What Kind? *Advances in Applied Sociology*, 3(1), 37-46.
- Doherty, D e Mecellem, J. (2013). *Conceptions of Democracy in the Arab World*. Working Paper.
- Fuchs, D. and Roller, E. (2006). Learned democracy? Support for democracy in Central and Eastern Europe. *International Journal of Sociology*, 36(3), 70–96.
- Kornberg, A e Clarke, H. D. (1994). Beliefs about democracy and satisfaction with democratic government: The Canadian case. *Political Research Quarterly*, 47, 537-563.
- Lagos, M. (2008). Latin America's Diversity of views. *Journal of Democracy*, 19(1), 111-125.
- Magalhães, P. C e Ceka, B. (2014). *The Meaning of Democracy and its Determinants*. SSRN Electronic Journal.
- McIntosh, M. E; Iver, M. A. M; Dobson, R. B; e Grant, S. A. (1993). *The meaning of democracy in a redefined Europe*. Paper presented at the Annual Meetings of the American Association for Public Opinion, St. Charles, Illinois, Maio, 20-23.
- Miller, A. H.; Hesli, V. L.; e Reisinger, W. M. (1997). Conceptions of democracy among mass and elite in post-Soviet societies. *British Journal of Political Science*, 27, 157-190.
- Moisés, J. (1995). *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, SP: Ática, 301.
- _____. (2013b). *Os significados da democracia segundo os brasileiros*. In (orgs) Moisés e Meneguello (2013): *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo. EDUSP.

- Montero, J. R. (1992). *Sobre la democracia en España: Legitimidad apoyos institucionales y significados*. Working paper 1992/39. Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales del Instituto Juan March en Madrid.
- Moreno, A. (2001). *Democracy and mass belief systems in Latin America*. In Roderic Ai Camp ed., *Citizen Views of Democracy in Latin America*, Pittsburgh: University of Pittsburgh, 27-50.
- Muszynski, J. e Mendes, Antônio. M. T. (1990). *Democratização e Opinião pública no Brasil*. In: Lamounier, B. (org). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré. Instituto de Estudos Economicos, Sociais e Politicos de São Paulo. São Paulo.
- Ottemoeller, D. (1998). *Popular perceptions of democracy: Elections and attitudes in Uganda*. *Comparative Political Studies*, 31(1), 98-124.
- Przeworski, A.; Moisés, J. A e Albuquerque, J. A. G (orgs). (1989). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 269.
- Sarsfield, R. (2009). *Should We Use the D-Word? The Meaning of Support for Democracy in Argentina, Brazil, and México*. Paper presented for 67th Annual National Conference, Midwest Political Science Association, Chicago.
- Seligson, M. A. (2001). *Costa Rican Exceptionalism: Why the Ticos are diferente*. In *Citizen Views of Democracy in Latin America*, ed Roderic Ai Camp. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 90-106.
- Shin, D. C. e Cho, Y. (2010). *How East Asians Understand Democracy: From a Comparative Perspective*. *ASIEN* 116, 21-40.
- Thomassen, J. (1995). *Support for democratic values*. In H. Klingemann & D. Fuchs (Eds.), *Citizens and the state* (383-415). New York, NY: Oxford University.
- Weffort, F. (1989). *Incertezas da transição na América Latina*. In: Przeworski, A.; Moisés, J. A; Albuquerque, J. A. G (orgs). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Agradecimentos e Financiamento

O trabalho é resultado do projeto de iniciação científica financiado pela FAPESP (processo 2015/21663-3) com orientação do Profº Dr.Wagner de M. Romão (DCP/IFCH/UNICAMP) a quem sou grata pela autonomia e confiança depositadas na execução do projeto, premiado no XXV Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP.